

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
CAMPUS – PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

**AUGUSTO DA SILVA LEME**

**A EFICÁCIA MATERIAL DA COISA JULGADA EM MATÉRIA  
TRIBUTÁRIA**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
MONOGRAFIA**

**Cacoal – RO  
2016**

**AUGUSTO DA SILVA LEME**

**A EFICÁCIA MATERIAL DA COISA JULGADA EM MATÉRIA  
TRIBUTÁRIA**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Prof. Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada sob a orientação do professor Esp. William Ricardo Grilli Gama.

**Cacoal – RO  
2016**

L551e Leme, Augusto da Silva.  
A eficácia material da coisa julgada em matéria tributária /  
Augusto da Silva Leme – Cacoal/RO: UNIR, 2016.  
54 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).  
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.  
Orientador: Prof. Esp, William Ricardo Grilli Gama.

1. Direito tributário. 2. Coisa julgada. 3. Processo civil. I.  
Gama, William Ricardo Grilli. II. Universidade Federal de  
Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 34:336.2

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

# **A EFICÁCIA MATERIAL DA COISA JULGADA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA**

Por

**AUGUSTO DA SILVA LEME**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia – *Campus* Prof. Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

---

Professor Esp. William Ricardo Grilli Gama - UNIR - Presidente

---

Professora M. Sônia Mara Nita - UNIR - Membro

---

Professora Dra. Maria Priscila Soares Berro - UNIR - Membro

Conceito: 84

Cacoal/RO, 08 de dezembro de 2016

À minha família e aos demais que  
me possibilitaram chegar até aqui.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecer a todos, unitária e especificamente, é impossível. Ante a possibilidade de se omitir alguém de relevância inquestionável, gostaria que este pequeno trecho expusesse a minha gratidão à família, amigos e aos demais que puderam contribuir para a conclusão deste presente trabalho.

## **RESUMO**

O presente estudo tem por objeto a eficácia da coisa julgada material em matéria tributária, para as relações jurídico-tributárias de trato sucessivo. Cuida de demonstrar quais são os limites objetivos da coisa julgada no Direito Tributário, matéria de alta relevância, especialmente por conta da recente submissão do tema ao regime da repercussão geral no Supremo Tribunal Federal (RE nº 949297). Assim, partindo de uma análise histórica a respeito das origens do princípio da segurança jurídica e da coisa julgada enquanto manifestação desse princípio, este trabalho busca dar uma visão técnica da questão. Com efeito, trata da diferença entre a coisa julgada material e formal, passando à análise dos mecanismos processuais para relativização da coisa julgada. Também, realiza estudo a respeito do controle de constitucionalidade difuso e concentrado, assentando as bases para a análise do tema. Por fim, o presente estudo analisa o fenômeno da incidência tributária, suas manifestações no tempo, assim como os efeitos da coisa julgada material no Direito Tributário e a aplicabilidade da Súmula nº 239 do Supremo Tribunal Federal. Por derradeiro, explora as intersecções entre o controle concentrado de constitucionalidade e a coisa julgada, relevante nos tempos atuais, ante a tendência de unificação da jurisprudência.

**Palavras-chave:** Direito Tributário; coisa julgada; limites objetivos da coisa julgada.

## **ABSTRACT**

The main purpose of this work is the efficacy of material res judicata in tax matters, for the legal-tax relations of successive treatment. It seeks to demonstrate what are the objective limits of the res judicata in Tax Law, a matter of high relevance, especially because of the recent submission of the subject to the regime of general repercussion by Brazilian Supreme Court (RE n ° 949297). Thus, starting from a historical analysis of the origins of the principle of legal certainty and of the res judicata as a branch institute of this principle, this work seeks to give a technical view of the issue. In fact, it deals with the difference between the material and formal res judicata, going to the analysis of the procedural mechanisms to relativize the thing judged. Also, it carries out study on the control of diffuse and concentrated constitutionality control, laying the foundations for the analysis of the subject. Finally, the present study analyzes the phenomenon of tax incidence, its manifestations in time, as well as the effects of material res judicata in the Tax Law and the applicability of Supreme Court Order No. 239. Finally, it explores the intersections between the concentrated control of constitutionality and the res judicata, relevant in the present times, before the tendency of unification of the jurisprudence.

**Keywords:** Tax Law; res judicata; objective limits.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 O QUE É A SEGURANÇA JURÍDICA? .....</b>	<b>14</b>
1.1 O ESTADO DE DIREITO .....	14
1.2 SEGURANÇA JURÍDICA E ESTADO DE DIREITO .....	18
1.3 COISA JULGADA FORMAL E MATERIAL .....	22
<b>2 AÇÃO RESCISÓRIA, CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E SEGURANÇA JURÍDICA .....</b>	<b>27</b>
2.1 AÇÃO RESCISÓRIA .....	27
2.2 <i>QUERELLA NULLITATIS</i> .....	30
2.3 CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE .....	31
<b>3 A COISA JULGADA MATERIAL NO DIREITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>40</b>
3.1 INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA .....	40
3.2 EFICÁCIA MATERIAL DA COISA JULGADA NO DIREITO TRIBUTÁRIO E A SÚMULA Nº 239 DO STF .....	41
3.3 A EDIÇÃO DE NOVA FORMA DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO .....	44
3.4 A EFICÁCIA DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE POSTERIOR E A REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 949297 .....	45
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>52</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto a análise da eficácia material da coisa julgada em matéria tributária.

Tem como objetivo institucional o preenchimento de requisito para obtenção do título de bacharel em Direito.

Como finalidade, pretende entender quais são os limites objetivos da coisa julgada material em questão de Direito Tributário, especialmente por conta do caráter sucessivo das prestações, atentando-se para a possível aplicabilidade da Súmula nº 239 do Supremo Tribunal Federal, e de que modo ocorre a eventual relativização da coisa julgada.

O presente estudo tem como objetivos específicos conhecer a origem do instituto da coisa julgada e as suas manifestações (coisa julgada formal e material); identificar a importância da coisa julgada para o Estado de Direito e a sua relação com a segurança jurídica; compreender a sua eficácia em relação à materialização sucessiva das hipóteses de incidência tributária; bem como verificar a sua relação com o controle concentrado de constitucionalidade, nos casos em que confirme ou retire do sistema jurídico a norma objeto da sentença transitada em julgado.

Dessa forma, o Capítulo 1 inicia através de estudo histórico a respeito do surgimento do Estado de Direito, desde o período do Estado liberal e constitucional, com a sua relação intrínseca com o princípio da segurança jurídica. Passa pelo estudo das manifestações institucionais do princípio da segurança jurídica, em especial a proteção ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada

Passa, daí, ao estudo das diferentes manifestações da coisa julgada, diferenciando a coisa julgada formal – a imutabilidade da sentença enquanto ato processual – da coisa julgada material, aquela imutabilidade intrínseca ao conteúdo da sentença.

No Capítulo 2, por sua vez, passa-se ao estudo a respeito dos mecanismos processuais previstos para relativização da coisa julgada, especialmente a ação rescisória e a ação de *querela nullitatis*. No ponto, especial relevância ao estudo do controle de constitucionalidade difuso e concentrado, manifestação do princípio da segurança jurídica, cujos efeitos se entrelaçam com o da coisa julgada.

Por fim, no Capítulo 3, é objeto de estudo, em específico, o fenômeno da incidência tributária, com suas manifestações no tempo. O Capítulo ainda tem por objeto a análise dos efeitos da coisa julgada material no Direito Tributário e a aplicabilidade da Súmula nº 239 do Supremo Tribunal Federal. Por fim, explora as intersecções entre o controle concentrado de constitucionalidade e a coisa julgada, relevante nos tempos atuais, ante a tendência de unificação da jurisprudência.

Este Relatório de Pesquisa se encerra com as Considerações Finais, onde são apresentados os pontos conclusivos destacados, seguidos da estimulação à continuidade dos estudos e das reflexões a respeito da eficácia da coisa julgada material em matéria tributária.

Diante da complexidade de todo o tema, a presente monografia se limitou a investigar a seguinte problemática:

- a) A coisa julgada material mantém sua eficácia para o futuro em relação às relações de trato sucessivo em matéria tributária?
- b) A Súmula nº 239/STF ainda é aplicável?
- c) No caso de controle concentrado de constitucionalidade superveniente, a coisa julgada material mantém sua eficácia?

Foram levantadas, nessa esteira, as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: A coisa julgada material manteria sua eficácia *pro futuro* em relação às relações jurídico-tributárias de trato sucessivo.

Hipótese 2: A Súmula nº 239/STF seria inaplicável na atual ordem constitucional.

Hipótese 3: No caso de controle concentrado de constitucionalidade superveniente, a coisa julgada material manteria sua eficácia apenas na hipótese de restar mantido o suporte fático e jurídico da decisão.

Este trabalho, assim, partindo do estudo do princípio da segurança jurídica e da coisa julgada enquanto manifestação dessa, passando pela análise do controle concentrado de constitucionalidade, concluirá ao final de que forma se manifesta a coisa julgada material em matéria tributária.

Foi empregado, neste trabalho, o Método Indutivo, sendo composto pela lógica indutiva o presente Relatório de Resultados.

As categorias essenciais para a compreensão do presente trabalho serão discriminadas e apresentadas no decorrer do texto, em conjunto com seus conceitos operacionais.

## 1 O QUE É A SEGURANÇA JURÍDICA?

### 1.1 O ESTADO DE DIREITO

O Estado é definido pela doutrina como “uma organização social, dotada de poder e com autoridade para determinar o comportamento de todo o grupo” (SILVA, 2005, p. 216).

É, nesse sentido, um ente politicamente organizado com ordem coercitiva, hoje jurídica, organizado, segundo lição dos grandes estudiosos da matéria, para promover o bem comum de seus integrantes. Conforme Rousseau, o objetivo pelo qual as pessoas se organizam em Estado é o de buscar “uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associação de qualquer força comum” (ROUSSEAU, 2007, p. 35).

O Estado é composto basicamente por três elementos, sendo que a falta de qualquer um deles descaracteriza a sua existência. São eles: o povo, o território e a soberania. De acordo com SOARES (2001, p. 138):

Como desdobramento da teoria dos três elementos, Kelsen reduz o conceito de Estado a ordenamento jurídico de tal forma que o poder soberano se torna poder de aplicar/criar direito num determinado território para um povo – poder que recebe sua validade da norma fundamental e da capacidade de se fazer valer, recorrendo, em derradeira instância, à força e, portanto, do fato de não ser apenas legítimo, mas também eficaz.

O povo, com efeito, é indispensável para a constituição de um Estado, já que sem o ser humano, sem os indivíduos, não pode haver Estado. A população é aquilo que dá forma ao Estado. Para SOARES (2001, p. 210), “integram a população todas as pessoas residentes no território estatal ou todas as pessoas presentes no território do Estado, num determinado momento, inclusive estrangeiros e apátridas”.

O território, segundo dos elementos constitutivos do Estado, também é indispensável pois delimita o alcance territorial sobre cuja população o Estado exerce sua soberania. De acordo com SILVA (2005, p. 98), o “território é o limite espacial dentro do qual o Estado exerce de modo efetivo e exclusivo o poder de império sobre pessoas e bens”.

A soberania é o elemento que dá a capacidade coercitiva do Estado em ordenar ou governar a ordem social através de um aparato político ou político-

jurídico. “Soberania é uma autoridade superior que não pode ser limitada por nenhum outro poder” (MALUF, 2009, p. 29).

A dita ordem coercitiva do Estado, contudo, nem sempre decorreu de força normativa jurídica, ou da soberania popular, como é hoje, no Estado Democrático de Direito.

No Estado absolutista, tais como a França de Luis XVI, a soberania decorria do conceito de divindade ou sacralidade atrelado à figura do monarca. Nas palavras de BONAVIDES (2008, p. 34), “a ideia de grandeza, majestade e sacralidade da soberania coroava a cabeça do príncipe e levantava as colunas de sustentação do Estado Moderno, que era Estado da soberania ou do soberano, antes de ser Estado da Nação ou do povo”.

A noção de soberania popular começa a surgir com a Revolução Francesa, com a transição, ao mesmo tempo, do Estado absoluto para o Estado constitucional. John Locke é o expoente intelectual que contribui para a propagação dos elementos do pensamento liberal: “Na formação dessa nova mentalidade destacou-se a figura gigantesca de John Locke, que prega o anti-absolutismo, a limitação da autoridade real pela soberania do povo, a eliminação dos riscos da prepotência e do arbítrio” (MALUF, 2009, p. 136).

Trata-se, o conceito de soberania popular, de uma noção extraída da filosofia clássica. Com efeito, ARISTÓTELES (2007, p. 143) já havia delineado os elementos básicos da ideia de soberania popular:

É direito dos povos, quando formam um Estado, optar entre a aristocracia, a oligarquia ou a democracia e entregar o poder a quem lhes parece bastar ou exceler, embora nem todos meçam com a mesma régua a suficiência e a excelência. Estes princípios de direito não são apenas os nossos, mas também os que todos os autores de Constituições seguiram.

É com a mudança do paradigma legitimador da soberania, da figura divina do monarca para a Constituição, cuja legitimidade advém de mecanismos jurídicos de aprovação social, que surge o Estado constitucional, ou Estado de Direito. Ainda nas palavras de BONAVIDES (2008, p. 41):

Verifica-se, portanto, que a premissa capital do Estado Moderno é a conversão do Estado absoluto em Estado constitucional; o poder já não é de pessoas, mas de leis. São as leis, e não as personalidades, que governam o ordenamento social e político. A legalidade é a máxima de valor supremo e se traduz com toda energia no texto dos Códigos e das Constituições.

No Estado Moderno, portanto, é a Constituição que legitima o exercício dos poderes políticos para governo do ordenamento social e político. Por isso, é conhecido também como Estado de Direito, porque é da força normativa da Constituição e das leis que advém a legitimidade das regras de ordenamento social e político.

A Constituição é o conjunto organizado das normas elaboradas por um Poder Constituinte, dotado de legitimidade soberana, que institui o Estado, sua estrutura, organização de poder e direitos e garantias fundamentais dos cidadãos daquele Estado. É o texto que organiza o Estado. Conforme a doutrina (CUNHA JUNIOR, 2009, p. 61), Constituição:

É o conjunto de normas escritas reunidas num documento solenemente elaborado pelo poder constituinte, tenham ou não valor constitucional material, ou seja, digam ou não respeito às matérias tipicamente constitucionais (estrutura do Estado, organização do poder e direitos e garantias fundamentais).

Nesse sentido, o Estado de Direito o é porque é constitucional, porque legitima sua ordem coercitiva no Direito, elaborado por um poder constituinte devidamente legitimado, e que estabelece as regras do jogo. Por isso, não há mais como se falar, hoje, em Estado sem Direito. Ainda conforme BONAVIDES (2009, p. 25), “assim como não há teoria pura do Direito, não há também teoria pura do Estado. Direito e Estado não se apartam da vida e da realidade dos rumos que os fatos, os fenômenos sociais e a doutrina forçosamente lhes imprimem”.

Por essa razão, diz-se que a legalidade é a principal característica do Estado de Direito, porque é o seu próprio elemento fundante. Antes do Estado constitucional, não havia como se falar em princípio da legalidade, porque o próprio Estado haveria de se submeter à vontade da lei – o que não existia no Estado absoluto. De acordo com a doutrina de BASTOS (2009, p. 29):

A sujeição do próprio Estado à vontade dimanada de um de seus órgãos, o Legislativo, só foi possível ao termo de um longo processo de corrosão do absolutismo monárquico. Foi, portanto, o advento do Estado Constitucional que tornou possível falar-se de um autêntico princípio da legalidade.

A importância do princípio da legalidade, portanto, exsurge da necessidade de submeter o próprio Estado, ou ainda, a própria pessoa do agente estatal, à

vontade da lei – problema que impulsionou o surgimento do Estado de Direito, na esteira da Revolução Francesa. Ainda na lição de BASTOS (2009, p. 35):

Este princípio [da legalidade] entronca-se com a própria noção de Estado de Direito. Estado de Direito é aquele que se submete ao próprio Direito que criou, razão pela qual não deve ser motivo de surpresa constituir-se o princípio da legalidade um dos sustentáculos fundamentais do Estado de Direito.

Nesse sentido, resta delineada a noção de Estado de Direito e seu atrelamento intrínseco ao princípio da legalidade e soberania popular.

O Estado Democrático de Direito é, por sua vez, específica categoria do Estado de Direito, quando constituído em sistema democrático, por garantir o exercício do direito de escolha, bem como de exercício dos poderes políticos, dos indivíduos investidos da qualidade de agentes políticos a qualquer um dos cidadãos. Conforme o ensinamento de SILVA (2005, p. 111):

A democracia, como realização de valores (igualdade, liberdade e dignidade) de convivência humana é conceito mais abrangente do que o de Estado de Direito, que surgiu como expressão jurídica da democracia liberal. A superação do liberalismo colocou em debate a questão da sintonia entre o Estado de Direito e a sociedade democrática.

Assim, Estado Democrático de Direito existe quando Estado de Direito e sociedade democrática encontram-se em sintonia, em um sistema que permite a participação indistinta de qualquer cidadão no processo político.

No Direito brasileiro, pode-se dizer que a soberania popular e o princípio democrático encontram-se insculpidos no artigo 1º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, hoje vigente, que reza: “Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito (...)”.

Da mesma forma, também consta do texto constitucional que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”, donde se verifica a eleição do princípio democrático e da soberania popular como elementos fundantes do Estado brasileiro.

Ainda, resta prestigiada a soberania popular ao prescrever, em seu artigo 14, que “a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos (...)”. O princípio democrático é explícito aqui, na medida em que a Constituição Federal de 1988 dispõe, em seguida, a respeito



dos critérios objetivos para elegibilidade dos cidadãos, estabelecendo o voto universal, respeitados apenas alguns critérios de idade.

De acordo com MORAES (2005, p. 17), o Estado Democrático de Direito é regido pelas normas democráticas, com a tutela tanto da legalidade como do princípio democrático:

O Estado Democrático de Direito, que significa a exigência de reger-se por normas democráticas, com eleições periódicas e pelo povo, bem como o respeito das autoridades públicas aos direitos e garantias fundamentais, proclamado no caput do artigo, adotou, igualmente, no parágrafo único, o denominado princípio democrático, ao afirmar que “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Assim, expostos os conceitos inaugurais sobre o Estado, passa-se à análise da noção de segurança jurídica e sua importância para a estabilidade do Estado de Direito.

## 1.2 SEGURANÇA JURÍDICA E ESTADO DE DIREITO

A segurança jurídica é um consectário lógico-jurídico do princípio da legalidade. Dele decorre como que por consequência, já que não pode existir o princípio da legalidade sem a segurança jurídica.

Evidentemente, a noção de justiça está intrinsecamente ligada à ideia de ordem. Consoante a lição de REALE (1996, p. 50), “a ideia de justiça liga-se intimamente à ideia de ordem. No próprio conceito de justiça é inerente uma ordem, que não pode deixar de ser reconhecida como valor mais urgente, o que está na raiz da escala axiológica, mas é degrau indispensável a qualquer aperfeiçoamento ético”.

Nessa esteira, a lei é a garantia da estabilidade das relações. Por isso, a ordem jurídica e a segurança andam lado a lado, com o fim de garantir a justiça para o cidadão.

A segurança jurídica é, assim, um verdadeiro direito fundamental do cidadão, na medida em que garante a limitação dos poderes constituídos e impede a prática de arbitrariedades pelos agentes do poder. Ao mesmo tempo, preserva o primado da lei e dá estabilidade às relações jurídicas.

De acordo com a definição de MELLO (2009, p. 93):

O Direito propõe-se a ensejar uma certa estabilidade, um mínimo de certeza na regência da vida social. Daí o chamado princípio da segurança jurídica, o qual, bem por isso, senão é o mais importante dentre todos os princípios gerais de Direito, é, indiscutivelmente, um dos mais importantes dentre eles. Os institutos da prescrição, da decadência, da preclusão (na esfera processual), da usucapião, da irretroatividade da lei, do direito adquirido, são expressões concretas que bem revelam esta profunda aspiração à estabilidade, à segurança, conatural do Direito.

[...]

Esta segurança jurídica coincide com uma das mais profundas aspirações do homem: a da segurança em si mesmo, a da certeza possível em relação ao que o cerca, sendo esta uma busca permanente do ser humano.

A segurança jurídica é, assim, princípio intrínseco ao Estado Democrático de Direito, o que vale dizer, sem segurança jurídica não há como se falar em Estado de Direito ou mesmo democracia. De acordo com MELO (1998, p. 38):

No Estado Moderno costumava-se priorizar, retoricamente, como um dos fins do Direito, a segurança jurídica, mas essa é moeda de duas faces. Numa está gravada a preocupação com os fins políticos, que Bobbio chama a Política do Poder: é preocupação nítida do Estado a paz social, pois, no alcance desse objetivo, reside a própria estabilidade dos governos, cujos objetivos, então, se confundem com os do próprio Estado. (...) O outro lado da moeda estampa a necessidade de os indivíduos contarem com a certeza de que seus direitos “garantidos” pela ordem jurídica sejam efetivos.

Nesse sentido, o princípio da segurança jurídica remete à estabilidade das relações. As decisões dos poderes públicos, uma vez prolatadas, de acordo com a forma prevista em lei, não serão, onde existe segurança jurídica, arbitrariamente alteradas. “Vale dizer que o sistema jurídico está estruturado para evitar que os cidadãos, destinatários da norma, sejam surpreendidos por medidas tomadas repentinamente, sem qualquer previsão” (DALLARI, 2008, p. 59).

Da mesma forma, remete à previsibilidade das relações, de modo que, onde há segurança jurídica, as decisões dos poderes públicos serão tomadas apenas com base nas normas jurídicas existentes no ordenamento, podendo o cidadão agir com a segurança de que seus atos são juridicamente permitidos.

Com efeito, as relações entre os cidadãos, entre si, e entre os cidadãos e o Estado, precisam de estabilidade, para que não existam expectativas frustradas, em especial no caso dos direitos adquiridos, na coisa julgada, e no ato jurídico perfeito e acabado.

Com efeito, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 não estabeleceu explícitas disposições conferindo à segurança jurídica caráter de fundamento constitucional. Inobstante, trata-se de princípio que se encontra implícito

na própria existência da Constituição, pois caso assim não fosse, sequer a própria ordem constitucional não teria estabilidade.

Há, da mesma forma, diversos dispositivos constitucionais que garantem a segurança jurídica de maneira implícita, como por exemplo, naqueles que estabelecem os princípios da reserva legal e da estrita legalidade, o devido processo legal, o respeito ao ato jurídico perfeito, à coisa julgada, entre outros.

É nesse sentido que, por exemplo, o princípio da isonomia, explícito na Constituição Federal de 1988, traduz-se em instrumento a serviço da segurança jurídica, inscrita implicitamente no postulado que assevera: “Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (...)”.

É também corolário da segurança jurídica a submissão da Administração Pública ao princípio da legalidade, nos termos do disposto no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, posto que o Estado, nesse aspecto, encontra-se submetido ao ordenamento legal, garantindo-se o direito do cidadão contra arbitrariedades. Assim reza o dito dispositivo constitucional: “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)”.

A Constituição Federal de 1988 também garante aos cidadãos o respeito ao devido processo legal, assegurando, portanto, os direitos e garantias fundamentais contra a prática de atos abusivos por parte do Poder Público, que não poderá impor sanções fora das hipóteses legais e sem processo legal (Art. 5º): “LIV – ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”.

De acordo com CANOTILHO (2002, p. 257):

Os princípios da proteção da confiança e da segurança jurídica podem formular-se assim: o cidadão deve poder confiar em que aos seus actos ou às decisões públicas incidentes sobre os seus direitos, posições jurídicas e relações, praticados ou tomadas de acordo com as normas jurídicas vigentes, se ligam os efeitos jurídicos duradouros, previstos ou calculados com base nessas mesmas normas. Estes princípios apontam basicamente para: (1) a proibição de leis retroactivas; (2) a inalterabilidade do caso julgado; (3) a tendencial irrevogabilidade de actos administrativos constitutivos de direitos.

Assim, percebe-se a estrita ligação do princípio da segurança jurídica com as disposições constitucionais que tratam da irretroatividade das leis, do respeito à coisa julgada, bem como aos direitos adquiridos.

E, com efeito, a Constituição Federal de 1988 acoberta implicitamente o princípio da segurança jurídica no dispositivo que assegura a proteção ao ato jurídico perfeito, à coisa julgada e ao direito adquirido (Art. 5º): “XXXVI – a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”.

Com efeito, a proteção ao ato jurídico perfeito garante a estabilidade dos atos já proferidos e exauridos, de forma perfeita e acabada, de modo que não se o altere por conta de uma eventual mudança futura das regras do jogo. Trata-se de corolário da segurança jurídica, já que confere aos cidadãos a justa expectativa de que os atos já exauridos serão respeitados pela ordem jurídica, ainda que no futuro as leis venham a mudar.

Ainda na mesma senda, CANOTILHO (2002, p. 380) desenvolve dois conceitos básicos que permeiam o princípio da segurança jurídica:

(1) *Estabilidade* ou *eficácia ex post* da segurança jurídica: uma vez adoptadas na forma e procedimento legalmente exigidos, as decisões estaduais não devem poder ser arbitrariamente modificadas, sendo apenas razoável alteração das mesmas quando ocorram pressupostos materiais particularmente relevantes.

(2) *Previsibilidade* ou *eficácia ex ante* do princípio da segurança jurídica que, fundamentalmente, se reconduz à exigência de certeza e calculabilidade, por parte dos cidadãos, em relação aos efeitos jurídicos dos actos normativos.

Nesse sentido, embora não esteja explícito na Constituição Federal de 1988, a legislação infraconstitucional prevê especificamente a segurança jurídica como princípio da Administração Pública. Na Lei Federal nº 9.784/1999, ficam estabelecidos os princípios da atuação pública:

Art. 2º. A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Reforçando a ideia da proteção ao ato jurídico perfeito, a Lei Federal nº 9.784/1999 vai além e estabelece o princípio da irretroatividade da nova interpretação da lei (art. 2º): “XIII – interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação”.

Da mesma forma, também é consectário da segurança jurídica o respeito ao direito adquirido. Isso porque a disposição impede que o ordenamento jurídico venha

a editar novas normas jurídicas, mudando as regras do jogo (para pior) relativamente a fatos passados, dos quais se originam direitos já constituídos, extinguindo esses direitos.

Nesse sentido, fica o cidadão protegido contra mudanças súbitas ou drásticas nos seus direitos, garantindo estabilidade e segurança.

E por fim também a proteção à coisa julgada é o grande consectário do princípio da segurança jurídica, conferindo imutabilidade e, conseqüentemente, autoridade às decisões do Poder Judiciário.

Expostas as noções básicas relativamente ao princípio da segurança jurídica, passa enfim ao estudo da coisa julgada e suas manifestações no Direito brasileiro, enquanto consectário daquele.

### 1.3 COISA JULGADA FORMAL E MATERIAL

Uma vez estudadas as origens político-jurídicas do Estado de Direito e sua relação intrínseca com o princípio da segurança jurídica, o presente estudo passa ao estudo de um dos institutos que é corolário desse princípio.

Com efeito, conforme estudado, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 garantiu ampla e irrestrita proteção à coisa julgada, inserindo o instituto como cláusula pétrea em seu artigo 5º, XXXVI, já citado.

A coisa julgada é o efeito ao qual se vincula a decisão judicial ou administrativa, em virtude do qual se torna imutável, uma vez exauridas as possibilidades de apresentação de recurso previstas no ordenamento. De acordo com LIEBMAN (2006, p. 46)

A autoridade da coisa julgada não é efeito da sentença, como postula a doutrina unânime, mas, sim, modo de manifestar-se e produzir-se dos efeitos da própria sentença, algo que a esses efeitos se amalgama para qualifica-los e reforça-los em sentido bem determinado.

Nesse sentido, a coisa julgada é um efeito que qualifica a sentença, tornando-a imutável. Conforme assevera NEVES (2011, p. 531), “majoritariamente, a doutrina pátria adota o entendimento de Liebman, afirmando que a coisa julgada é uma qualidade da sentença que torna seus efeitos imutáveis e indiscutíveis”.

A doutrina costuma dividir o instituto da coisa julgada em duas espécies: a coisa julgada formal e a coisa julgada material.

Pela primeira, entende-se a eficácia que torna a sentença não mais sujeita a recurso, tornando-se definitiva para o processo, porque esgotados os recursos cabíveis ou transcorrido o prazo para sua interposição. Conforme a doutrina de MARQUES (2007, p. 270), a coisa julgada formal pode ser conceituada da seguinte forma:

Impossibilidade de novo julgamento pelas vias recursais, ou porque este foi proferido por órgão do mais alto grau de jurisdição, ou porque transcorreu o prazo para recorrer sem que o vencido interpusse recurso, ou finalmente porque se registrou desistência do recurso ou a ele se renunciou.

Na legislação, pode-se aferir o conceito de coisa julgada formal da redação do artigo 6º, § 3º, do Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro): “Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso”.

Por outro lado, a coisa julgada material é definida pela doutrina como a verdadeira eficácia material da sentença, já que se traduz na definitividade do conteúdo da sentença. Conforme WAMBIER (2007, p. 564-565):

A coisa julgada material é a coisa julgada por excelência. Quando se usa a expressão coisa julgada, isoladamente, está-se significando coisa julgada material. Quando se pergunta se determinada decisão fez (ou produziu) coisa julgada, está-se querendo saber se houve coisa julgada material. Quando se quer portanto, referir à coisa julgada formal, é necessário que se o diga expressamente.

Na mesma senda, pode-se extrair o conceito de coisa julgada material do próprio Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105/2015), que a traduz nos seguintes termos “Art. 502. Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso”.

Nesse sentido, a diferença entre a coisa julgada material e a coisa julgada formal reside justamente no caráter processual dessa última, que se limita ao processo em que proferida a sentença. A coisa julgada material resguarda o comando positivo ou negativo da sentença de modificações.

Novamente de acordo com NEVES (2011, p. 533), existe uma função negativa da coisa julgada, qual seja, a de impedir que a mesma causa seja decidida mais de uma vez. De acordo com o doutrinador, “a imutabilidade gerada pela coisa julgada material impede que a mesma causa seja novamente enfrentada judicialmente em novo processo”.

Deve-se observar que nenhuma decisão produz coisa julgada material se não produzir coisa julgada formal, já que, evidentemente, a teor do artigo 502 do Código de Processo Civil, acima citado, a existência da coisa julgada material depende do fato de a decisão de mérito não mais se sujeitar a recurso.

No que diz respeito, ainda, à diferença entre coisa julgada material e coisa julgada formal, é irretocável a lição de DINAMARCO, que diz (2009, p. 309):

A distinção entre coisa julgada material e formal consiste, portanto, em que: a) a primeira é a imunidade dos efeitos da sentença, que os acompanha na vida das pessoas ainda depois de extinto o processo, impedindo qualquer ato estatal, processual ou não, que venha a nega-los; enquanto que b) a coisa julgada formal é fenômeno interno ao processo e refere-se à sentença como ato processual, imunizada contra qualquer substituição por outra.

Extrai-se da doutrina (MARQUES, 2007, p. 329), ainda, a ideia de que a coisa julgada material é aquela que encerra a solução emprestada a todas as questões de fato e de direito relativas ao caso concreto – situação que não pode ser alterada sequer pela lei:

A coisa julgada cria, para a segurança dos direitos subjetivos, situação de imutabilidade que nem mesmo a lei pode destruir ou vulnerar – é o que se infere do art. 5º, XXXVI, da Lei Maior. E sob esse aspecto é que se pode qualificar a *res iudicata* como garantia constitucional de tutela a direito individual.

Por outro lado, essa garantia, outorgada na Constituição, dá mais ênfase e realce àquela da tutela jurisdicional, constitucionalmente consagrada, no art. 5º, XXXV, para a defesa de direito atingido por ato lesivo, visto que a torna intangível até mesmo em face de *lex posterius*, depois que o Judiciário exaure o exercício da referida tutela, decidindo e compondo a lide.

Trata-se do chamado efeito preclusivo da coisa julgada, através do qual esta encerra a discussão em torno de todos os fatos processuais e do direito controvertido, alegados ou não. Portanto, a eficácia preclusiva da coisa julgada significa, nada mais nada menos, do que a preclusão, para as partes, do direito de discutirem na ação as questões incidentes que pudessem alterar ou infirmar as premissas do julgado.

De acordo com NERY JUNIOR e NERY (2007, p. 709):

Transitada em julgado a sentença de mérito, as partes ficam impossibilitadas de alegar qualquer outra questão relacionada com a lide sobre a qual pesa a autoridade da coisa julgada. A norma reputa repelidas todas as alegações que as partes poderiam ter feito na petição inicial e contestação a respeito da lide e não o fizeram. Isto quer significar que não se admite a propositura de nova demanda para rediscutir a lide, com base em novas alegações.

O Código de Processo Civil também define expressamente o efeito preclusivo da coisa julgada, trazendo em seu artigo 508 a exata mesma noção já explicada acima: “Transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido”.

Avançando no que diz respeito à coisa julgada material, deve-se observar que, conforme a doutrina, essa encontra limites objetivos bem específicos.

Somente o dispositivo da sentença de mérito torna-se imutável e indiscutível, admitindo-se que os fundamentos da decisão possam voltar a ser discutidos em outro processo, inclusive com a adoção pelo juiz de posicionamento contrário ao que restou consignado em demanda anterior.

Vale dizer, a coisa julgada material produz efeitos dentro do campo determinado da discussão decidida pela sentença. Nada impede, por exemplo, que se reproduza um mesmo pedido já julgado, mas por novos fundamentos.

Essa é a lógica extraída do Código de Processo Civil, que estabelece que o óbice da coisa julgada somente incide, contra novas demandas, no caso de se reproduzirem, entre as mesmas partes, o mesmo pedido com os mesmos fundamentos – causa de pedir. O artigo 337, em seu § 1º, apregoa: “Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada quando se reproduz ação anteriormente ajuizada”.

A diferença entre a litispendência e a coisa julgada é, no âmbito processual, justamente o trânsito em julgado ou não. O artigo 337, § 4º, do mesmo digesto: “Há coisa julgada quando se repete ação que já foi decidida por decisão transitada em julgado.”

Reproduzindo o mesmo entendimento, o artigo 504 do Código de Processo Civil dispõe também que apenas o dispositivo transita em julgado, não fazendo coisa julgada os motivos ou razões da sentença, nem a verdade dos fatos, estabelecida como razão de decidir:

Art. 504. Não fazem coisa julgada:

- I – os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença;
- II – a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.

No mesmo sentido, há ainda a disposição do Código de Processo Civil que estabelece a imutabilidade do teor do dispositivo para as relações jurídicas de trato continuado, que somente poderão ser novamente decididas caso exista um novo



fundamento de fato ou de direito:

Art. 505. Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide, salvo:

I – se, tratando-se de relação jurídica de trato continuado, sobreveio modificação no estado de fato ou de direito, caso em que poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença; (...).

Esse dispositivo é particularmente relevante no que diz respeito ao Direito Tributário, posto que a relação jurídico-tributária, na maior parte das vezes, é de trato continuado, repetindo-se as hipóteses de incidência no tempo.

A doutrina também identifica a existência não apenas de limites objetivos da coisa julgada, mas de limites subjetivos. Com efeito, a coisa julgada produz efeitos apenas entre as partes e terceiros juridicamente interessados, via de regra, no atual sistema processual. De acordo com NEVES (2011, p. 539):

A doutrina acertadamente ensina que todos os sujeitos – partes, terceiros interessados e terceiros desinteressados – suportam naturalmente os efeitos da decisão, mas a coisa julgada os atinge de forma diferente. As partes estão vinculadas à coisa julgada, os terceiros interessados sofrem os efeitos jurídicos da decisão, enquanto os terceiros desinteressados sofrem os efeitos naturais da sentença, sendo que em regra nenhuma espécie de terceiro suporta a coisa julgada material.

O Código de Processo Civil é explícito nesse sentido, prevendo em seu artigo 506 que: “A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros”.

Exceção fica por conta dos terceiros *juridicamente interessados*, assim entendidos aqueles que possuem interesse *jurídico* na solução da controvérsia, ou seja, participem de alguma forma da relação jurídico-material em questão. São os terceiros que podem participar do feito na qualidade de intervenientes.

Dessa forma, como se pode observar, a coisa julgada busca proteger a autoridade da decisão judicial, de modo que seja respeitada como definitiva, após esgotados os recursos previstos em lei, pelo Estado, e garantindo, assim, a estabilidade da relação jurídica ali definida.

Feitas essas considerações iniciais a respeito da origem e características do Estado de Direito, sua estrita correlação com os princípios da legalidade e da segurança jurídica, assim como sobre a coisa julgada como manifestação da segurança jurídica, passa ao próximo Capítulo, avançando no tema.

## 2 AÇÃO RESCISÓRIA, CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E SEGURANÇA JURÍDICA

### 2.1 AÇÃO RESCISÓRIA

Entendidos os preceitos e conceitos básicos que envolvem o instituto da coisa julgada, passa à análise a respeito da possibilidade de sua relativização pelo Poder Judiciário.

Há, ao que parece, grande controvérsia relativamente à possibilidade de relativização da coisa julgada na doutrina e na jurisprudência. Com efeito, a doutrina mais legalista defende a imutabilidade absoluta, exceto em casos objetivos, da coisa julgada, enquanto existe corrente que defende a sua maleabilidade, em especial em casos que envolvam direitos fundamentais, como se passará a ver.

Com efeito, os defensores dessa última corrente chamam atenção para a possibilidade, decorrente do caráter estático da decisão transitada em julgado, da efetivação de “injustiças eternas”, por conta de decisões mal lançadas ou equívocos procedimentais, ou até mesmo de erros das partes, que levem ao trânsito em julgado de decisões injustas ou incorretas. Nessa esteira, DINAMARCO (2009, p. 329):

Um óbvio predicado essencial à tutela jurisdicional que a doutrina moderna alcandora e realça, é o da justiça das decisões. Essa preocupação não é apenas minha: a doutrina e os tribunais começaram a despertar para a necessidade de repensar a garantia constitucional e o instituto técnico-processual da coisa julgada, na consciência de que não é legítimo eternizar injustiças a pretexto de evitar a eternização de incertezas.

No sentido diametralmente oposto, há doutrina que defende a imutabilidade da coisa julgada. Isso porque, de acordo com essa corrente, a segurança jurídica não pode ser afastada por motivo algum, até porque a “justiça” ou “injustiça” de uma decisão judicial transitada em julgado é um fundamento falível e altamente sujeito a avaliação subjetiva. De acordo com Ovídio Araújo Baptista da SILVA (2011, p. 291/292):

Desnecessário sustentar que a “injustiça da sentença” nunca foi, e, a meu ver, jamais poderá ser, fundamento para afastar o império da coisa julgada. De todos os argumentos concedidos pela doutrina, através dos séculos, para sustentar a necessidade de que os litígios não se eternizem, parece-me o que mais consistente reside, justamente, na eventualidade de que a

própria sentença que houver reformado a anterior, sob o pressuposto de conter injustiça, venha a ser mais uma vez questionada como injusta; e assim ad eternum, sabido, como é, que a justiça, não sendo um valor absoluto, pode variar, não apenas no tempo, mas entre pessoas ligadas a diferenças e crenças políticas, morais e religiosas, numa sociedade democrática que se vangloria de ser tolerante e pluralista quanto a valores.

Há, portanto, uma grande preocupação dessa corrente doutrinária com a manutenção da eficácia da coisa julgada como forma de resguardar-se a segurança jurídica, o que é absolutamente válido, já que, se uma sentença fosse eternamente contestável sob o fundamento de injusta, não haveria estabilidade de nenhum ato jurídico.

Com efeito, a má aplicação das hipóteses da ação rescisória ensejaria o efeito reverso, de mitigar a segurança jurídica, ainda que o motivo para a existência da ação rescisória seja o de garanti-la, como visto. Conforme CÂMARA (2007, p. 138):

Diante do fato de que a coisa julgada é uma garantia constitucional, exigência da necessidade de estabilidade das decisões judiciais e das relações jurídicas em geral, admitir-se um processo que tenha por objeto sua desconstituição é aceitar a existência de um remédio processual cuja inadequada utilização pode provocar resultados que não são desejados pelo sistema jurídico. Em razão disso, intervém nesses processos obrigatoriamente o parquet, no exercício de sua função institucional de guardião do interesse público e dos interesses sociais mais relevantes.

O ordenamento jurídico pátrio previu algumas hipóteses específicas para a revisão de atos judiciais transitados em julgado. Todas elas, com efeito, encontram-se inseridas no rol de hipóteses para manejo da *ação rescisória*, que é o instituto jurídico típico para a desconstituição da decisão transitada em julgado.

De acordo com a doutrina, admite-se o manejo da ação rescisória apenas nos casos em que a coisa julgada material já formada revista-se de vícios graves, previstos no ordenamento jurídico, que a eivem de nulidade. Assim diz NEPOMUCENO (2002, p. 7), que:

Pela falibilidade inerente a todo ser humano e a suscetibilidade do julgador como tal, ao cometimento de erros, a par dos recursos, tornou-se necessário um remédio que se dirigisse, agora, às sentenças acobertadas pela res iudicata, mas, padecentes de vícios comprometedores não só da justiça como também da almejada segurança jurídica.

As hipóteses de cabimento da ação rescisória estão objetivamente previstas no Código de Processo Civil, em seu artigo 966:

Art. 966. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:

I - se verificar que foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz;

II - for proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente;

III - resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei;

IV - ofender a coisa julgada;

V - violar manifestamente norma jurídica;

VI - for fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória;

VII - obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável;

VIII - for fundada em erro de fato verificável do exame dos autos.

Dessa forma, como se pode ver, os vícios autorizadores do manejo da ação rescisória são aqueles que efetivamente comprometem a própria segurança jurídica, tais como a ofensa à coisa julgada, a violação literal de norma jurídica, ou a sentença comprovadamente proferida mediante corrupção, prevaricação ou concussão do magistrado, entre outras hipóteses.

Não cabe, por outro lado, ação rescisória quando exista controvérsia meramente interpretativa a respeito de determinada norma jurídica. Nesse sentido, com o objetivo de garantir a segurança jurídica e não regular as hipóteses de manejo da ação rescisória, o Supremo Tribunal Federal até mesmo editou a Súmula nº 343, que diz: “Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais”.

De acordo com essa Súmula, portanto, não cabe ação rescisória por violação literal a lei, quando a decisão objeto do pedido de rescisão acoberte uma das interpretações possíveis da norma, quando o pedido se baseia em outra dessas interpretações possíveis.

Esse posicionamento, contudo, conforme passará a ver, foi relativizado pelo próprio Supremo Tribunal Federal, que deixou de aplicar a Súmula em vários precedentes relativos a matéria constitucional. Em outras palavras, em sendo a interpretação controvertida de natureza constitucional, a Súmula não se aplicaria.

Por exemplo, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 328812, julgado em 06 de março de 2008, o próprio Supremo julgou procedente a ação rescisória entendendo que “a manutenção de decisões das instâncias ordinárias divergentes

da interpretação adotada pelo STF revela-se afrontosa à força normativa da Constituição e ao princípio da máxima efetividade da norma constitucional”.

O mesmo Tribunal voltou atrás e passou a aplicar, em vários precedentes, a Súmula, de modo que não existe uma posição definida hoje para a matéria. Por exemplo, no recurso extraordinário nº 590809, julgado em outubro de 2014, em que a Fazenda Pública buscava a rescisão de julgados em matéria tributária favoráveis ao contribuinte, mas contrários a orientação pacificada posteriormente pelos Tribunais, o Supremo assim definiu:

O Verbete nº 343 da Súmula do Supremo deve ser observado em situação jurídica na qual, inexistente controle concentrado de constitucionalidade, haja entendimentos diversos sobre o alcance da norma, mormente quando o Supremo tenha sinalizado, num primeiro passo, óptica coincidente com a revelada na decisão rescindenda.

Resta vigente e mantido, aparentemente, o teor da Súmula nº 343 do STF, até mesmo, de acordo com esse último e recente precedente, para matéria controvertida de natureza constitucional.

Deve-se destacar que a ação rescisória tem prazo previsto em lei para sua propositura. De acordo com o Código de Processo Civil: “Art. 975. O direito à rescisão se extingue em 2 (dois) anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.”

Feitas essas considerações a respeito da ação rescisória, passa ao estudo de uma modalidade de ação recentemente surgida na doutrina e na jurisprudência, que é conhecida como ação de *querela nullitatis*.

## 2.2 QUERELA NULLITATIS

Há muitos anos levanta-se também a possibilidade de manejo de uma modalidade de ação que pudesse ter por objeto sentenças transitadas em julgado com vícios assim insanáveis que sequer o decurso do prazo da ação rescisória os poderia convalidar.

Com efeito, a ação rescisória possui prazo de 2 (dois) anos para interposição e, uma vez transcorrido esse lapso, restariam, até então, esgotadas todas as possibilidades de revisão de uma sentença transitada em julgado.

De acordo com essa corrente doutrinária, subsiste em nosso ordenamento

jurídico, mesmo sem previsão legal, a ação de *querela nullitatis*, destinada a corrigir vícios considerados insanáveis.

Conforme antigo precedente do Superior Tribunal de Justiça, no recurso especial nº 12586, julgado em 1991, de relatoria do então Ministro Waldemar Zveiter:

A tese da querela nullitatis persiste no direito positivo brasileiro, o que implica em dizer que a nulidade da sentença pode ser declarada em ação declaratória de nulidade, eis que, sem a citação, o processo, vale falar, a relação jurídica processual não se constitui nem validamente se desenvolve. Nem, por outro lado, a sentença transita em julgado, podendo, a qualquer tempo, ser declarada nula, em ação com esse objetivo, ou em embargos à execução, se for o caso.

A hipótese mais recorrente da ação de *querela nullitatis* é aquela em que há vício insanável no ato citatório, tal como a inexistência de citação. O Superior Tribunal de Justiça, nesse sentido, entende que a ação de *querela nullitatis* serve pura e simplesmente para declarar a inexistência de relação jurídica, aduzindo que o vício de citação é transrescisório, não possuindo, portanto, prazo. Isso porque, se não se triangularizou a relação processual mediante citação, evidentemente que a ação de *querela nullitatis* servirá não para desconstituir a sentença anterior, mas simplesmente para declará-la ineficaz em relação a determinado sujeito.

Nesse sentido, o precedente do recurso especial nº 1333887, julgado em 12 de dezembro de 2014, onde se assentou que “a ausência de citação não convalesce com a prolação de sentença e nem mesmo com o trânsito em julgado, devendo ser impugnada mediante ação ordinária de declaração de nulidade”.

É, portanto, também a ação de *querela nullitatis* um dos instrumentos processuais que mitigam a existência da coisa julgada, destinando-se, ao mesmo tempo, à garantia da coisa julgada, servindo para a correção de vícios insanáveis de decisões acobertadas pela coisa julgada formal.

Passa ao exame dos mecanismos postos à disposição do cidadão para controle de constitucionalidade dos atos normativos e judiciais, questão que é relevante para o objeto do presente estudo.

## 2.3 CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

Uma vez exaurido o estudo relativamente à ação rescisória e à ação de

*querela nullitatis*, explorados os seus efeitos sobre a coisa julgada, passa ao estudo dos mecanismos de controle de constitucionalidade.

Inicialmente, cumpre observar que o legislador constituinte inseriu, no corpo da Constituição Federal de 1988, uma série de mecanismos processuais através dos quais as instituições podem exercer controle sobre os atos normativos que em tese violem dispositivos constitucionais.

Com efeito, o Direito brasileiro tem como um de seus pilares o princípio da supremacia da constituição, o qual, nas palavras de José Afonso da SILVA (2005, p. 44):

Significa que a constituição se coloca no vértice do sistema jurídico do país, a que confere validade, e que todos os poderes estatais são legítimos na medida em que ela os reconheça e na proporção por ela distribuídos. É, enfim, a lei suprema do Estado, pois é nela que se encontram a própria estruturação deste e a organização de seus órgãos; é nela que se acham as *normas fundamentais* de Estado, e só nisso se notará sua superioridade em relação às demais normas jurídicas.

Nesse sentido, toda a ordem jurídica decorrente da Constituição busca nela própria a sua legitimidade, formal ou material, sendo válida somente se for com ela compatível.

Ainda de acordo com SILVA (2005, p. 45), confirmando essa assertiva, desse princípio resulta que as normas de grau inferior somente serão válidas se possuírem compatibilidade vertical com a norma de grau hierárquico superior, ou seja, a Constituição.

De acordo com a doutrina, as inconstitucionalidades das normas de grau hierárquico inferior podem ser formais ou materiais.

A inconstitucionalidade formal de uma norma decorre da sua desconformidade com as normas que orientam a sua formação, ou seja, quando a edição da norma jurídica não observa o procedimento previsto na Constituição para sua elaboração. De acordo com LENZA (2011, p. 231):

Como o próprio nome induz, a inconstitucionalidade formal, também conhecida como nomodinâmica, verifica-se quando a lei ou ato normativo infraconstitucional contiver algum vício em sua “forma”, ou seja, em seu processo de formação, vale dizer, no processo legislativo de sua elaboração, ou, ainda, em razão de sua elaboração por autoridade incompetente.

Por isso, diz-se que uma norma é formalmente inconstitucional quando não

respeitou o processo legislativo próprio – por exemplo, foi aprovada por quórum inferior ao previsto na Constituição – ou, ainda, quando foi editada pela autoridade incompetente.

A inconstitucionalidade material, por sua vez, é aquela que diz respeito ao conteúdo do ato normativo. É o caso de uma norma que contrarie um princípio da Constituição, como por exemplo, uma lei que, em sendo discriminatória, desrespeita o princípio da isonomia. De acordo com BARROSO (2004, p. 29):

A inconstitucionalidade material expressa uma incompatibilidade de conteúdo, substantiva entre a lei ou ato normativo e a Constituição. Pode traduzir-se no confronto com uma regra constitucional – e.g., a fixação da remuneração de uma categoria de servidores públicos acima do limite constitucional (art. 37, XI) – ou com um princípio constitucional, como no caso de lei que restrinja ilegítimamente a participação de candidatos em concurso público, em razão do sexo ou idade (arts. 5º, caput, e 3º, IV), em desarmonia com o mandamento da isonomia. O controle material de constitucionalidade pode ter como parâmetro todas as categorias de normas constitucionais: de organização, definidoras de direitos e programáticas.

Há, portanto, na inconstitucionalidade material, violação ao conteúdo normativo do dispositivo constitucional, de modo que a lei não se compatibiliza com aquilo que é estabelecido pela Constituição, devendo, portanto, ser extirpada do sistema.

Contudo, há vários momentos de controle da lei inconstitucional, tanto previamente à sua promulgação, quanto posteriormente. O controle exercido previamente é chamado de controle prévio ou preventivo, e o controle exercido posteriormente é conhecido como controle repressivo.

Atendo-se ao objeto deste estudo, limitar-se-á à análise dos mecanismos de controle repressivos de controle a cargo do Poder Judiciário, eis que a situação relevante para as hipóteses expostas na presente monografia é aquela em que a norma jurídica inconstitucional entra em vigor no ordenamento jurídico, produzindo os efeitos que lhe são próprios.

O controle judicial repressivo dos atos normativos é dividido pela doutrina em difuso ou concentrado, atendendo ao critério subjetivo – *quem* exerce o controle de constitucionalidade; e em concreto ou abstrato, a partir de um critério objetivo – relativamente à forma do controle.

Nesse sentido, o controle pode ser difuso, quando o sistema preveja a possibilidade de qualquer magistrado realizar controle de constitucionalidade; e concentrado, quando exista um órgão com competência específica para realiza-lo.



Nas palavras de LENZA (2011, p. 246):

O sistema difuso de controle significa a possibilidade de qualquer juiz ou tribunal, observadas as regras de competência, realizar o controle de constitucionalidade.

Por seu turno, no sistema concentrado, como o nome já diz, o controle se “concentra” em um ou mais de um (porém em número limitado) órgão. Trata-se de competência originária do referido órgão.

A partir do critério objetivo, divide-se em controle concreto, quando o controle de constitucionalidade acontece incidentalmente, na análise de um determinado caso concreto; e em controle abstrato, quando o controle se dá em tese, ou seja, a análise da norma jurídica se dá sem a existência de um caso concreto. De acordo com VELOSO (2003, p. 35):

O controle jurisdicional da constitucionalidade, no Brasil, utiliza o método concentrado, sendo o controle abstrato, em tese, através de ação direta, a ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal, tendo por objeto leis e atos normativos federais e estaduais, em confronto com a Constituição Federal, que nos Estados-membros, compete aos Tribunais de Justiça, tendo por objeto leis e atos normativos estaduais e municipais, em face da Constituição estadual. Servimo-nos, também, do controle difuso, concreto, *incidenter tantum*, exercido por qualquer órgão, singular ou coletivo, do Poder Judiciário.

Nesse sentido, pode-se verificar que o sistema brasileiro adotou os dois sistemas, tanto o de controle difuso como o de controle concentrado. Passa ao estudo preliminar de ambas as formas de controle de constitucionalidade, que interessam ao presente estudo.

O controle difuso é o controle de constitucionalidade exercido na via incidental ou no caso concreto, e no Brasil é exercido por qualquer juiz ou Tribunal. Na prática, ocorre quando a declaração de inconstitucionalidade é o fundamento do pedido da parte no processo. De acordo com LENZA (2011, p. 249):

O controle difuso verifica-se em um caso concreto, e a declaração de inconstitucionalidade dá-se de forma incidental (*incidenter tantum*), prejudicialmente ao exame do mérito.

Pede-se algo ao juízo, fundamentando-se na inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo, ou seja, a alegação de inconstitucionalidade será a causa de pedir processual.

Nesse sentido, quando a inconstitucionalidade de determinada norma é questão incidental a determinada discussão objeto de ação judicial, tem-se o controle difuso de constitucionalidade.

Nos Tribunais, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a cláusula de reserva de plenário para a declaração de inconstitucionalidade, de modo que o controle difuso de constitucionalidade somente pode ocorrer pelo voto da maioria absoluta dos membros. É o que diz o artigo 97 da Constituição:

Art. 97. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

A cláusula de reserva de plenário existe, de acordo com a doutrina, porque a declaração de inconstitucionalidade se justifica apenas quando o vício formal ou material seja evidente ou manifesto, saltando aos olhos de um número qualificado de julgadores.

No mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal editou a Súmula Vinculante nº 10, que estabelece a cláusula de reserva de plenário como condição de eficácia da decisão que, emitida por um Tribunal, declara a inconstitucionalidade de um determinado dispositivo de lei em caráter incidental.

Súmula Vinculante nº 10: Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.

Nesse sentido, nos Tribunais, o controle difuso de constitucionalidade depende do voto da maioria absoluta dos julgadores, justamente para que a declaração de inconstitucionalidade ocorra para os casos mais flagrantes ou explícitos.

Deve-se ressaltar que a observância da cláusula de reserva de plenário não é obrigatória no caso de já existir decisão de órgão de instância superior sobre a mesma matéria, sendo que nesse caso a inconstitucionalidade pode ser reconhecida de plano pelo órgão julgador. É o que se depreende do artigo 949, parágrafo único, do atual Código de Processo Civil:

Parágrafo único. Os órgãos fracionários dos tribunais não submeterão ao plenário ou ao órgão especial a arguição de inconstitucionalidade quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.

Com efeito, o controle difuso de constitucionalidade abre a via recursal até o Supremo Tribunal Federal, órgão constitucional do sistema judiciário brasileiro, que

através do recurso extraordinário pode realizar o reexame das decisões dos Tribunais inferiores que realizam controle difuso. De acordo com a Constituição Federal de 1988:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

III – julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

(...)

b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal; (...).

Deve-se ressaltar que a decisão que declara a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma determinada norma em controle difuso se limita a produzir efeitos entre as partes, já que se trata de questão puramente incidental ao objeto do processo. Assim, de acordo com LENZA (2011, p. 251), “como regra geral, os efeitos de qualquer sentença valem somente para as partes que litigaram em juízo, não extrapolando os limites estabelecidos na lide”.

De acordo com FERREIRA FILHO (2006, p. 39):

Convém observar que o controle incidental tem efeito apenas para as partes litigantes. A decisão que afasta o ato inconstitucional não beneficia a quem não for parte na demanda em que se reconhecer a inconstitucionalidade. É o chamado *efeito particular*, ou *inter partes*.

Como exceção a essa regra geral, contudo, a legislação brasileira prevê, em um sistema híbrido, a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal afetar determinado caso concreto ao regime de recursos repetitivos, funcionando como uma espécie de controle concentrado de constitucionalidade no caso concreto, hipótese em que, no julgamento do recurso extraordinário pelo Supremo Tribunal Federal, a decisão é tomada como paradigma e passa a ter eficácia vinculante para todos os órgãos do Poder Judiciário e da Administração. A hipótese encontra-se prevista no artigo 1.036 do Código de Processo Civil:

Art. 1.036. Sempre que houver multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais com fundamento em idêntica questão de direito, haverá afetação para julgamento de acordo com as disposições desta Subseção, observado o disposto no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e no do Superior Tribunal de Justiça.

Com efeito, considerando que todos os recursos extraordinários conhecidos no Supremo Tribunal Federal possuem, como requisito de admissibilidade, repercussão geral reconhecida, tem-se eficácia idêntica àquela do controle

concentrado. O artigo 1.039 do Código de Processo: “Art. 1.039. Decididos os recursos afetados, os órgãos colegiados declararão prejudicados os demais recursos versando sobre idêntica controvérsia ou os decidirão aplicando a tese firmada.”

O controle concentrado de constitucionalidade, por outro lado, se dá através de um órgão especializado, que, em tese, analisa a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma determinada norma, possuindo esse julgamento eficácia *erga omnes*, ou seja, contra todos. Nesse sentido, através do controle concentrado de constitucionalidade, o órgão de controle confirma a validade ou retira a norma do sistema.

Assim, na lição de PINHO (2005, p. 39):

Conforme entendimento adotado pela nossa Suprema Corte, o controle abstrato da constitucionalidade é processo de natureza objetiva, em que é questionada a própria constitucionalidade ou não de uma lei, não se admitindo a discussão de situações de interesses meramente individuais.

No Brasil, na atual ordem constitucional, a função de órgão de controle concentrado de constitucionalidade foi atribuída ao Supremo Tribunal Federal, que possui, de acordo com a Constituição Federal de 1988, a atribuição de julgar a ação direta de inconstitucionalidade, bem como a ação declaratória de constitucionalidade:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I – processar e julgar, originariamente:

a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal; (...).

Portanto, no sistema brasileiro, o controle concentrado de constitucionalidade se dá através de ação direta, ou seja, através de uma ação cujo objeto imediato é a discussão da constitucionalidade do ato *in abstracto*, sem que exista um caso concreto.

De acordo com os ensinamentos de LENZA (2011, p. 263):

Ao contrário da via da exceção ou defesa, pela qual o controle (difuso) se verificava em casos concretos e incidentalmente ao objeto principal da lide, no controle concentrado a representação de inconstitucionalidade, em virtude de ser em relação a um ato normativo em tese, tem por objeto principal a declaração de inconstitucionalidade da lei ou ato normativo

impugnado. O que se busca saber, portanto, é se a lei (lato sensu) é inconstitucional ou não, manifestando-se o Judiciário de forma específica sobre o aludido objeto.

Naturalmente, ao Supremo Tribunal Federal também compete a análise dos pedidos de medida cautelar nas ações diretas de inconstitucionalidade, também de acordo com a Constituição Federal de 1988:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:  
I – processar e julgar, originariamente:  
(...)  
p) o pedido de medida cautelar nas ações diretas de inconstitucionalidade;  
(...).

Como já dito, o controle concentrado de constitucionalidade confirma a validade ou retira a norma jurídica do sistema, possuindo eficácia vinculante contra todos os órgãos públicos, judiciários e administrativos. É nesse sentido que prevê a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 102:

§ 2º. As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

Assim, as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade têm como efeito eliminar a norma jurídica do sistema e impedir sua aplicação por qualquer instância da Administração ou do Poder Judiciário. Na lição de PINHO (2005, p. 53):

Qualquer que seja a decisão, pela procedência ou não da ação, produzirá eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e da administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. Uma lei em desacordo com a Constituição, quer em sentido formal, quer material, considerando o princípio da supremacia da norma constitucional, é nula, sem qualquer efeito jurídico válido.

É, portanto, pela via do controle concentrado de constitucionalidade que o Supremo Tribunal Federal possui a prerrogativa de eliminar uma determinada norma jurídica do sistema, vinculando todo o Poder Judiciário e a Administração Pública. Cumpre observar, contudo, que esse efeito vinculante não atinge o Poder Legislativo, que possui a prerrogativa de editar outra norma ou até mesmo reeditar

aquela norma declarada inconstitucional.

Nessa esteira, LENZA (2011, p. 288):

(...) o efeito vinculante em ADI e ADC, na linha de interpretação dada pelo STF, não atinge o Poder Legislativo, produzindo eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

Ao analisar a possibilidade de vinculação também para o Legislativo, o Ministro Cezar Peluso indica, com precisão, que essa possível interpretação (diversa da literalidade constitucional) significaria o “inconcebível fenômeno da fossilização da Constituição”.

Assim, resta concluído o estudo preliminar relativamente à ação rescisória, à ação de *querela nullitatis* e ao controle de constitucionalidade difuso e concentrado no sistema jurídico brasileiro, passando-se, no próximo Capítulo, à análise da eficácia material da coisa julgada em questões tributárias, partindo-se das premissas firmadas nestes dois Capítulos introdutórios.

### 3 A COISA JULGADA MATERIAL NO DIREITO TRIBUTÁRIO

#### 3.1 INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA

Nos dois primeiros Capítulos foram expostos conceitos preliminares relativamente à segurança jurídica e à coisa julgada como instituto e fenômeno consectário desse princípio que orienta a própria fundação do Estado Democrático de Direito.

Também, foram estudados institutos processuais relacionados à coisa julgada, cuja eficácia gera a controvérsia objeto do presente trabalho, em especial a ação rescisória, a ação de *querela nullitatis*, bem como os modos e formas pelos quais se exerce o controle de constitucionalidade no sistema jurídico pátrio.

Passa neste Capítulo à análise do tema central, qual seja, a eficácia da coisa julgada material no Direito Tributário, iniciando pela análise da fenomenologia da incidência tributária.

Com efeito, a breve exposição a respeito da incidência da norma tributária é importante porque permite identificar as hipóteses e momentos da incidência da norma, cuja validade ou eficácia é condicionada pela coisa julgada ou pelo controle de constitucionalidade.

Assim, de acordo com SABBAG (2011, p. 671):

A hipótese de incidência tributária representa o momento abstrato, previsto em lei, hábil a deflagrar a relação jurídico-tributária. Caracteriza-se pela abstração, que se opõe à concretude fática, definindo-se pela escolha feita pelo legislador de fatos quaisquer do mundo fenomênico, propensos a ensejar o nascimento do episódio jurídico-tributário.

A hipótese de incidência é, portanto, conforme a descrição doutrinária, a situação descrita em lei para incidência, naquele momento, da norma que dá nascimento à obrigação de pagar tributo, conhecida como obrigação tributária.

A doutrina separa, nessa esteira, hipótese de incidência de fato gerador, que considera ser a materialização daquela hipótese de incidência, ou seja, o acontecimento fático daquela hipótese. Assim, de acordo com a doutrina de MACHADO (2009, p. 254):

Em se tratando de situação de fato, considera-se ocorrido o fato gerador do tributo desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais,

isto é, circunstâncias meramente factuais, necessárias à produção dos efeitos que geralmente elas decorrem.

Em se tratando de situação jurídica, considera-se ocorrido o fato gerador do tributo desde o momento em que tal situação esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável. Assim, em se tratando da propriedade de um imóvel, somente quando essa propriedade esteja configurada, com o registro do título aquisitivo no órgão competente, é que se considera consumado o fato gerador do tributo.

Nesse sentido, o fato gerador é a materialização do núcleo da hipótese de incidência, e que dá nascimento à obrigação tributária, ou seja, à obrigação de pagar o tributo. De acordo com o Código Tributário Nacional, em seu artigo 113, § 1º, “a obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente”.

Assim, pode-se dizer que, ocorrido o fato gerador, a norma tributária incide para fazer nascer a obrigação tributária. É certo, com efeito, que a hipótese deve ser veiculada por norma jurídica plenamente vigente e eficaz no momento da realização do fato.

Outrossim, deve-se observar que a obrigação tributária não se confunde com o crédito tributário, que nasce, por sua vez, com o lançamento tributário. De acordo com SABBAG (2011, p. 757):

Com efeito, o lançamento é o instrumento que confere a exigibilidade à obrigação tributária, quantificando-a (aferição do *quantum debeatur*) e qualificando-a (identificação do *an debeatur*). Em outras palavras, esta, sendo ilíquida e inexigível, carece dos atributos de certeza e liquidez, que se dão pela atuação do Fisco, por meio do lançamento.

Assim, verificado o fato gerador, surge a obrigação tributária, que se converte em crédito tributário com o lançamento. O estudo do crédito tributário por si só não se mostra de especial relevância para o presente trabalho, razão pela qual resta devidamente abordada a fenomenologia da incidência tributária.

Passa então ao estudo sobre a eficácia da coisa julgada material no Direito Tributário, analisando-se questões que são hoje objeto de controvérsia na doutrina e na jurisprudência.

### 3.2 EFICÁCIA MATERIAL DA COISA JULGADA NO DIREITO TRIBUTÁRIO E A SÚMULA Nº 239 DO STF



Via de regra, a sentença proferida em matéria de Direito Tributário possui uma eficácia: a de declarar a incidência (ou a não incidência) de determinada norma tributária em determinado caso ou hipótese do mundo dos fatos.

Como visto nos Capítulos anteriores, as obrigações tributárias são de trato sucessivo – ou seja, renascem com a nova materialização da hipótese de incidência. Desse modo, sucessivas práticas de fatos geradores dão origem a sucessivas obrigações tributárias, quantificadas e qualificadas na forma da legislação então vigente.

Conforme estudado, também, a coisa julgada material preserva sua eficácia nas relações de trato sucessivo, desde que não haja alteração no estado de fato ou de direito, a teor do disposto no já citado artigo 505 do Código de Processo Civil ora vigente:

Art. 505. Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide, salvo:

I – se, tratando-se de relação jurídica de trato continuado, sobreveio modificação no estado de fato ou de direito caso em que poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença;

Embora aparentemente isento de controvérsia, já que bem assentadas as premissas a respeito da eficácia da coisa julgada material, a jurisprudência e a doutrina foram palco de intensos debates, relativamente a esse assunto, por conta da existência do enunciado da Súmula nº 239 do Supremo Tribunal Federal, que diz: “Decisão que declara indevida a cobrança do imposto em determinado exercício não faz coisa julgada em relação aos posteriores”.

A Fazenda Pública, com efeito, naturalmente passou a defender, com base nessa Súmula, a posição de que inexistiria coisa julgada material em matéria tributária, já que, de acordo com a interpretação literal da Súmula, aquilo que foi decidido não valeria para os fatos geradores posteriores, mesmo mantida a situação de fato e de direito.

Deve-se observar, contudo, que o verbete da Súmula nº 239 do Supremo Tribunal Federal foi editado em 1963, quando da vigência da Constituição Federal de 1946. Com o advento da Constituição de 1988, a competência do Supremo Tribunal Federal, como visto, mudou radicalmente, assumindo nítida feição de Corte constitucional, deslocando a Súmula do seu contexto.

Com efeito, a questão ficou clara no julgamento do recurso extraordinário nº

597678, de relatoria do Ministro Joaquim Barbosa, cujo voto externou o seguinte posicionamento:

Por fim, a preliminar de repercussão geral não permite que se conclua pela violação de entendimento sumulado por esta Corte.

A Súmula 239/STF baseia-se em dois precedentes, o AI 11227-Embargos (DJ de 10/2/1945) e o RE 59423-Embargos (DJ de 12/6/1970). Ambos os precedentes fazem uma importante distinção para fins de cálculo da extensão dos efeitos da coisa julgada relativa à tributação.

Naquelas oportunidades, entendeu a Corte que as sentenças que afastassem relações jurídicas tributárias individuais e concretas ficavam circunscritas ao tempo em que ocorridos os fatos jurídicos tributários. É o típico caso no qual pede-se a anulação de lançamento tributário.

Em sentido diverso, se a sentença afastasse relações jurídicas tributárias individuais, mas de menor densidade de concreção (mais abstratas), de modo a proibir a constituição do crédito tributário, irrelevante a presença de circunstâncias de fato distintivas, os efeitos da coisa julgada se projetariam para o futuro.

Nessa esteira, não encontra lugar a aplicação literal da Súmula nº 239 do Supremo Tribunal Federal, que, como se pode verificar, não conflita com os dispositivos legais e constitucionais que garantem a proteção à coisa julgada. Análise acurada do Ministro apurou que se trata de hipótese de má redação do enunciado, que ensejou, como se pode verificar, grande controvérsia.

Com efeito, os casos paradigma para criação da Súmula cuidavam de pedidos anulatórios, específicos para um lançamento determinado, não produzindo, naturalmente, efeitos relativamente a novas relações jurídicas.

Na mesma esteira, a questão, hoje decidida a nível infraconstitucional por conta da disposição do tema no citado artigo 505 do Código de Processo Civil, foi submetida também ao Superior Tribunal de Justiça, que assim decidiu, no regime dos recursos repetitivos (Recurso Especial nº 1118893):

(i) nos casos que envolvem relação jurídico-tributária continuativa, a decisão transitada em julgado, declarando a inexistência de relação jurídico tributária entre o contribuinte e o fisco, faz coisa julgada em relação a períodos posteriores.

Como se pode verificar, também o Superior Tribunal de Justiça consolidou seu entendimento no sentido de que a regra geral da eficácia da coisa julgada material não se altera com base na Súmula nº 239 do Supremo Tribunal Federal, já que, em se tratando de relação jurídico-tributária continuativa, com idêntica situação de fato e de direito, não existiria qualquer motivo para a negativa de vigência ao artigo 505, I, do Código de Processo Civil, acima citado.

Bastante elucidativo é o voto do Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, que aduziu:

Consoante se verifica, segundo um dos precedentes que deram origem à Súmula 239/STF, em matéria tributária, a parte não pode invocar a existência de coisa julgada no tocante a exercícios posteriores quando, por exemplo, a tutela jurisdicional obtida houver impedido a cobrança de tributo em relação a determinado período, já transcorrido, ou houver anulado débito fiscal. Se for declarada a inconstitucionalidade da lei instituidora do tributo, não há falar na restrição em tela. Com efeito, uma interpretação literal da Súmula 239/STF pode conduzir ao entendimento precipitado de que aquilo que for assegurado por decisão judicial ao contribuinte, em matéria tributária, deve ser sempre limitado a determinado exercício, razão pela qual o sujeito ativo estaria livre para cobrar tributos no tocante aos subsequentes. Essa equivocada compreensão limita sobremaneira a jurisdição (...). Chega-se, assim, à conclusão de que a sentença declaratória é aquela que apenas dá a certeza oficial sobre a relação deduzida em juízo; nenhum outro efeito específico tem ela, salvo o de acabar com a incerteza, declarando a existência ou a inexistência de uma relação jurídica e, excepcionalmente, de um fato. E a ação declaratória é a que visa à obtenção dessa espécie de sentença.

Nesse sentido, pode-se verificar que resta mantida a regra geral a respeito da eficácia material da coisa julgada para as relações jurídicas de trato continuado, também em matéria tributária.

Há algumas situações, contudo, mais específicas, que trazem dúvida relativamente à eficácia da coisa julgada, as quais passa a explorar.

### 3.3 A EDIÇÃO DE NOVA NORMA DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO

Com efeito, já foi afirmado no curso deste trabalho que nem mesmo o controle de constitucionalidade concentrado vincula o Poder Legislativo, de modo que esse Poder é livre para editar e inserir no sistema jurídico novas normas, novas regras de incidência tributária.

Nesse sentido, coloca-se frente à hipotética situação de uma nova norma, que venha a alterar a regra de incidência do tributo, após uma decisão transitada em julgado que tenha declarado a sua não incidência. A dúvida aqui reside em definir se prevalece a decisão transitada em julgado, com base na norma anterior, ou se a norma nova, inserida posteriormente no ordenamento jurídico, encontra plena validade e eficácia, a demandar nova tutela jurisdicional.

É possível extrair também do artigo 505 do Código de Processo Civil a

solução para essa questão, já que o mencionado dispositivo legal alude à alteração na situação de fato ou de direito:

Art. 505. Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide, salvo:

I – se, tratando-se de relação jurídica de trato continuado, sobreveio modificação no estado de fato ou de direito caso em que poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença;

Assim, de acordo com o dito artigo, a coisa julgada material mantém sua eficácia para as relações jurídicas de trato continuado, exceto quando haja modificação no estado de direito ou de fato.

A inserção de uma nova norma jurídica configura, com efeito, alteração no estado de direito. Evidentemente, se limitando a sentença transitada em julgado a definir a relação jurídica de acordo com as normas vigentes na época de sua prolação, a alteração do estado de direito, com a mudança da regra de incidência, enseja a ineficácia da coisa julgada relativamente à incidência da nova hipótese.

Naturalmente, a alteração legislativa deve trazer alteração substancial no estado de direito, ou seja, mudar regra de incidência do tributo, caso contrário, prevalece a eficácia da coisa julgada também relativamente à nova norma. Nesse sentido o mesmo julgado de relatoria do Ministro Joaquim Barbosa, acima citado (recurso extraordinário nº 597678), que ficou assim decidido:

Conforme registro feito no acórdão recorrido, houve a declaração incondicional da inconstitucionalidade da Lei 7.689/1989, protegida pela coisa julgada, sem que a legislação posterior tenha realizado modificações fundamentais na regra-matriz tributária da CSLL.

Isso porque, se a nova legislação não alterou a regra-matriz do tributo, não infirma as premissas sobre as quais se assenta a decisão passada em julgado, cuja eficácia resta sobre a alteração legislativa.

### 3.4 A EFICÁCIA DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE POSTERIOR E A REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 949297

Há ainda outra situação que gera controvérsia doutrinária relativamente à eficácia da coisa julgada. Trata-se da hipótese em que há controle concentrado de constitucionalidade, quando a decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal é em sentido contrário àquela de determinada decisão que, no caso concreto, transitou

em julgado.

Cumpra tomar como exemplo o caso em que uma determinada sentença transitada em julgado declarou a inexistência de relação jurídico-tributária, enquanto o Supremo Tribunal Federal, posteriormente, confirma, em abstrato, a constitucionalidade da norma e declara devido o tributo, sob o enfoque da mesma controvérsia já julgada no caso concreto.

Nessa hipótese, com efeito, a dúvida reside em saber se resta mantida a eficácia da coisa julgada material, ou seja, se continua valendo a regra pela não incidência do tributo, ou se a decisão em controle concentrado de constitucionalidade prevalece, caso em que o tributo volta a ser exigido. Ou, ainda, se seria cabível a ação rescisória, respeitado o prazo, para que se pudesse desconstituir a sentença.

Ainda, caso a resposta seja a última, cumpre questionar quais são os efeitos do controle concentrado, ou seja, se o tributo passa a ser exigível apenas *pro futuro*, ou se a decisão em controle concentrado produzirá os efeitos retroativos que lhe são próprios.

O Superior Tribunal de Justiça, na hipótese em que se manifestou sobre o tema, no Recurso Especial nº 1118893, no regime dos recursos repetitivos, já assentou o entendimento de que o controle concentrado de constitucionalidade não prevalece sobre a coisa julgada:

(ii) nos casos em que há decisão judicial transitada em julgado, em controle difuso, declarando a inexistência de relação jurídico-tributária entre o contribuinte e o fisco, mediante declaração de inconstitucionalidade de lei que instituiu determinado tributo, a decisão posterior, em controle concentrado, mediante Ação Declaratória de Constitucionalidade, em sentido oposto à decisão judicial transitada em julgado, em nada pode alterar a relação jurídica estabilizada pela coisa julgada.

Esse posicionamento, contudo, gera controvérsias. A Procuradoria da Fazenda Nacional, no Parecer PGFN/CRJ nº492, publicado em 7 de fevereiro de 2011, defende o entendimento de que as decisões judiciais transitadas em julgado proferidas a favor dos contribuintes não mais produzem efeitos, no caso de haver decisão superveniente do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade, ao fundamento de que essa decisão superveniente é circunstância jurídica nova. Assim, aduz:

Os precedentes objetivos e definitivos do STF constituem circunstância jurídica nova, apta a fazer cessar, prospectivamente, eficácia vinculante das anteriores decisões tributárias transitadas em julgado que lhes forem contrárias.

De acordo com o Parecer, a decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado prevalece automaticamente sobre a decisão anterior transitada em julgado, já que é dotada de eficácia vinculante e contra todos, produzindo efeitos imediatos.

Não haveria, portanto, necessidade de manejo da ação rescisória, de acordo com essa posição, para que o Fisco voltasse, no exemplo dado, a cobrar o tributo. Vale o mesmo raciocínio para a situação inversa, qual seja, na hipótese de o Supremo Tribunal Federal declarar, em controle concentrado de constitucionalidade, a não incidência do tributo. Ainda conforme o mencionado Parecer:

A cessação da eficácia vinculante da decisão tributária transitada em julgado opera-se *automaticamente*, de modo que: (i) quando se der a favor do Fisco, este pode voltar a cobrar o tributo, tido por inconstitucional na anterior decisão, em relação aos fatos geradores praticados dali para frente, sem que necessite de prévia autorização judicial nesse sentido; (ii) quando se der a favor do contribuinte-autor, este pode deixar de recolher o tributo, tido por constitucional na decisão anterior, em relação aos fatos geradores praticados dali para frente, sem que necessite de prévia autorização judicial nesse sentido.

O mencionado parecer possui lógica ao defender que, ao declarar a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de determinada norma jurídica, o Supremo Tribunal Federal, atuando como Corte constitucional, confirma a validade da norma jurídica ou a extirpa do sistema, retirando o suporte jurídico da decisão transitada em julgado – que preserva sua eficácia até aquele momento.

Ainda de acordo com o Parecer (p. 207):

De fato quando o STF, no exercício desse *mister* constitucional, profere decisão reconhecendo, em caráter final, a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de um determinado dispositivo legal, o que daí resulta é a resolução definitiva acerca da capacidade, ou não, de incidência dessa norma, o que não pode deixar de surtir reflexos, num primeiro momento, no próprio sistema jurídico vigente e, num segundo momento, e por consequência, nas relações jurídicas que possuem – ou possuiriam – como suporte jurídico o dispositivo legal apreciado.

Com efeito, de acordo com esse posicionamento, diante da função institucional atribuída ao Supremo Tribunal Federal, de guardião da Constituição, parece correto dizer que suas decisões definitivas em controle concentrado de

constitucionalidade se incorporam ao sistema jurídico – e, portanto, geram alteração no suporte jurídico de eventual decisão transitada em julgado em sentido contrário, pelo menos dali em diante.

Essa controvérsia, acima apontada, de posicionamento, levou o Supremo Tribunal Federal a reconhecer recentemente a repercussão geral desse assunto, submetendo o Recurso Extraordinário nº 949297 ao regime dos recursos repetitivos, ainda não julgado.

É forçoso reconhecer, na esteira dos conceitos apresentados no corpo do presente estudo, que a posição fazendária possui lógica e relevância, já que, como visto, o controle concentrado de constitucionalidade produz, além de efeitos imediatos e incondicionais contra todos, alteração no sistema normativo, seja para confirmar uma norma como válida, vinculando todos os órgãos inferiores e a Administração, seja para extirpar a norma do sistema.

Foi possível, portanto, neste trabalho, entender os limites subjetivos e objetivos da coisa julgada, partindo-se do estudo do princípio da segurança jurídica e da origem do instituto, concluindo-se pela confirmação das hipóteses levantadas na introdução. Com efeito, a eficácia da coisa julgada material resta mantida também em matéria tributária, por força da regra geral estabelecida no artigo 505, I, do Código de Processo Civil, inexistindo qualquer fundamento legal ou jurídico que possa infirmar a sua validade.

Por outro lado, embora isso ainda não haja sido submetido à final apreciação do Supremo Tribunal Federal, pode-se verificar que o controle de constitucionalidade concentrado pode gerar efeitos sobre a coisa julgada, na medida em que traz alteração no sistema jurídico, assim como uma alteração legislativa, nas hipóteses em que infirma as premissas da decisão transitada em julgado, alterando a regra de incidência do tributo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O alcance da eficácia da coisa julgada material no Direito Tributário é uma das mais acaloradas discussões da doutrina e da jurisprudência especializadas nos dias atuais. Com efeito, a matéria é objeto de repercussão geral no Supremo Tribunal Federal.

O tema interessa tanto ao Direito Tributário como ao Direito Processual Civil e ao Direito Constitucional, já que, além de envolver o direito do Estado e do contribuinte, na qualidade de sujeitos ativo e passivo, interessa majoritariamente por conta de sua relação intrínseca com a materialização do princípio da segurança jurídica.

Este estudo foi elaborado no objetivo de entender a questão do ponto de vista multidisciplinar, partindo-se da análise histórica do princípio da segurança jurídica e da coisa julgada enquanto manifestação desse princípio. Com efeito, como restou demonstrado, o princípio da segurança jurídica é um dos mais importantes, senão o mais importante, princípio do ordenamento jurídico, já que é ele que dá legitimidade, validade e estabilidade para o próprio ordenamento.

Nesse sentido, a segurança jurídica emergiu como princípio do Estado de Direito por conta justamente da necessidade de conferir legitimidade constitucional ao Estado, bem como para proteger o cidadão do próprio Estado.

A coisa julgada é, nesse sentido, instituto que visa especificamente garantir a segurança jurídica, posto que é a garantia da imutabilidade e, portanto, da autoridade e eficácia das decisões judiciais.

Conforme visto no presente estudo, a coisa julgada somente pode ser desconstituída pela ação rescisória, instrumento previsto na lei para as hipóteses de vícios explícitos nas decisões judiciais. Há também a ação de querela nullitatis, reservada para os casos de nulidade flagrante da sentença, como é o caso da falta de citação. Fora essas hipóteses, não se fala em desconstituição da coisa julgada.



Como também foi objeto de estudo, a coisa julgada material tem como limite objetivo a situação fática e o suporte jurídico que serviu como base para a prolação da decisão transitada em julgado. Assim, uma alteração no estado de fato ou de direito – como por exemplo, a edição de uma nova norma pelo Poder Legislativo –, no caso de infirmar as premissas da coisa julgada, possui, naturalmente, o condão de afastar sua eficácia.

Como se verificou no presente estudo, não existe qualquer fundamento legal ou lógico para que se afaste, com fundamento na Súmula nº 239 do Supremo Tribunal Federal, a aplicação da regra geral dos limites objetivos da coisa julgada (art. 505, I, do Código de Processo Civil) para as relações de trato sucessivo, também em matéria tributária.

No que diz respeito à relação entre o controle concentrado de constitucionalidade e a coisa julgada, concluiu-se também, com base nas premissas firmadas no corpo do trabalho, que, embora ainda não exista definição de posicionamento pelo Supremo Tribunal Federal, parece lógico o posicionamento no sentido de que afasta a eficácia material da coisa julgada nas hipóteses em que infirme as suas premissas, já que, considerando a função institucional do controle concentrado, opera em alteração no sistema jurídico-normativo.

Nesse cenário, portanto, restaram confirmadas as três hipóteses levantadas por ocasião da Introdução. Com efeito, a coisa julgada material mantém sua eficácia *pro futuro* em relação às relações jurídico-tributárias de trato sucessivo, de acordo com a regra geral do art. 505, I, do Código de Processo Civil.

Na mesma esteira, confirmou-se a hipótese 2, de que a Súmula nº 239/STF é inaplicável na atual ordem constitucional, já que, a uma, foi incorretamente redigida, acobertando hipótese diversa daquela que a originou, bem como, a duas, não infirma as premissas nem se sobressai hierarquicamente sobre o texto do Código de Processo Civil.

Por fim, confirmou-se também a terceira hipótese, de que no caso de controle concentrado de constitucionalidade superveniente, a coisa julgada material manteria sua eficácia apenas na hipótese de restar mantido o suporte fático e jurídico da decisão, já que o controle concentrado importa em alteração – confirmando ou retirando do sistema – no sistema jurídico-normativo.

Verificou-se, portanto, que a coisa julgada material em matéria tributária, mesmo para as hipóteses de trato sucessivo, encontra como limites objetivos o

suporte fático e jurídico da decisão transitada em julgado, podendo sofrer interferências advindas de controle concentrado de constitucionalidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BARROSO, Luis Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Teoria Geral do Estado e Ciência Política**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria do Estado**. São Paulo: Malheiros, 2008.

BRASIL, República Federativa do. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em 15 de novembro de 2016.

BRASIL, República Federativa do. **Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Publicada no Diário Oficial da União de 17 de março de 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm). Acesso em 15 de novembro de 2016.

BRASIL, República Federativa do. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. **Parecer PGFN/CRJ nº 492, de 7 de fevereiro de 2011**. Disponível em: <http://publicador.jota.info/wp-content/uploads/2016/07/CSLL-parecer-PGFN.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2016.

BRASIL, República Federativa do. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 12586/SP**. Relator Ministro Waldemar Zveiter. Terceira Turma. Julgado em 08 de outubro de 1991. Disponível em: [https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/documento/mediado/?num\\_registro=199100142026&dt\\_publicacao=04-11-1991&cod\\_tipo\\_documento=](https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/documento/mediado/?num_registro=199100142026&dt_publicacao=04-11-1991&cod_tipo_documento=). Acesso em 15 de novembro de 2016.

BRASIL, República Federativa do. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1333887/MG**. Relatora Ministra Isabel Gallotti. Quarta Turma. Julgado em 12 de dezembro de 2014. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&seque>

ncial=1370843&num\_registro=201201443485&data=20141212&formato=PDF.  
Acesso em 15 de novembro de 2016.

BRASIL, República Federativa do. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 328812/AM**. Relator Ministro Gilmar Mendes. Tribunal Pleno. Julgado em 06 de março de 2008. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/inteiroTeor/obterInteiroTeor.asp?id=524429>. Acesso em 15 de novembro de 2016.

BRASIL, República Federativa do. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 590809/RS**. Relator Ministro Marco Aurélio de Mello. Tribunal Pleno. Julgado em 22 de outubro de 2014. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/inteiroTeor/obterInteiroTeor.asp?idDocumento=7303880>. Acesso em 15 de novembro de 2016.

BRASIL, República Federativa do. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 597678/PE**. Relator Ministro Joaquim Barbosa. Julgado em 23 de novembro de 2010. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/processo/verProcessoTexto.asp?id=2893765&tipoApp=RTF>. Acesso em 15 de novembro de 2016.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Ação Rescisória**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional**. Coimbra: Almeida, 2002.

CUNHA JUNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Constitucional**. 8ª edição. Salvador: JusPodium, 2009.

DALLARI, Adilson Abreu. **Lei Orçamentária: processo legislativo, peculiaridades e decorrências**. São Paulo: RT, 2009.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. Vol. III. São Paulo: Malheiros, 2009.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2006.

LENZA. Pedro. **Direito Constitucional esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2011.

LIEBMAN, Enrico Tullio. **Eficácia e autoridade da sentença e outros escritos sobre a coisa julgada**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Malheiros, 2009.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARQUES, José Frederico. **Curso de direito processual civil**. Volume 1. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

MELO, Osvaldo Ferreira de. **Temas atuais de política do direito**. Porto Alegre: Sérgio Fabris/UNIVALI, 1998.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2009.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 18ª edição. São Paulo: Atlas, 2005.

NEPOMUCENO, Luciana Diniz. **Antecipação de tutela na ação rescisória**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. **Código de Processo Civil comentado**. São Paulo: RT, 2007.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. São Paulo: Método, 2011.

PINHO, Rodrigo César Rebello. **Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Saraiva, 1996.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

SILVA, Enio Moraes da. **O estado democrático de direito**. A. 42. N. 167. Brasília: Revista de Informação Legislativa, jul/set 2005.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 2005.

SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. **Teoria Geral do Processo Civil**. São Paulo: RT, 2011.

SOARES, Mário Lúcio Quintão. **Teoria do Estado: o substrato clássico e os novos paradigmas como pré-compreensão para o direito constitucional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

VELOSO, Zeno. **Controle jurisdicional de constitucionalidade**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

WAMBIER, Luis Rodrigues. **Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento**. Volume 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.